

# SOCIALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E IDENTIDADE SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESDOBRAMENTOS E INTERSECÇÕES COM A MEMÓRIA

## SOCIALIZATION, INFORMATION MEDIATION AND SOCIAL IDENTITY OF PERSONS WITH DISABILITIES: DEPLOYMENTS AND INTERSECTIONS WITH MEMORY

Giulianne Monteiro Pereira Marques<sup>a</sup>

Isabel França de Lima<sup>b</sup>

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior<sup>c</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** Compreender a relação e as aplicações teóricas e práticas da mediação da informação na manipulação da identidade da pessoa com deficiência. E como secundário suscitar discussões sobre a socialização da informação, mediação da informação, memória e identidade a fim de compreender melhor cada conceito, suas particularidades, possíveis relações e desdobramentos. **Metodologia:** Pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, em que se realizou um levantamento bibliográfico na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, Scielo, livros e anais de eventos. **Resultados:** Aborda conceitos de informação, socialização e mediação da informação, fazendo relações com a questão da manipulação da identidade da pessoa com deficiência e com a memória pela perspectiva da Ciência da Informação. Chega-se ao entendimento que é possível uma relação entre os conceitos abordados. **Conclusões:** Compreendeu-se que os conceitos de socialização e mediação da informação, embora possam ser trabalhados juntos, são diferentes não devendo ser utilizados como sinônimos, seus processos acontecem de formas distintas e devem ser bem delimitados quanto a sua utilização. Infere-se que a informação ora registrada e mediada por tantos anos a respeito da representação da pessoa com deficiência perante a sociedade enquanto pessoas “incapazes” e “inválidas” contribuiu para formação dessa identidade social. Conclui-se que estes são elementos indissociáveis e importantíssimos para a ressignificação coletiva da identidade de um determinado grupo. Principalmente levando em consideração que as identidades são

---

<sup>a</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecária na Biblioteca Setorial Prof<sup>a</sup> Maria Lúcia da Costa Bezerra, Campus Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Brasil. E-mail: giulianne.monteiro@gmail.com

<sup>b</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: belbib@gmail.com

<sup>c</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente Permanente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, Brasil. E-mail: ofaj@ofa.com.br

transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados.

**Descritores:** Socialização da informação. Mediação da informação. Memória. Identidade. Pessoa com deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

Presenciou-se nas últimas décadas uma crescente preocupação com questões que se referem à acessibilidade e à inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) na sociedade. Tal afirmação pode ser constatada ao nos depararmos com a criação de projetos, ações, Leis como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - conhecida também como Estatuto da PcD ou Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) - como ainda, pode ser constatada por meio da própria literatura.

Em relação à produção acadêmica, as temáticas em questão vêm sendo desenvolvidas em várias áreas do conhecimento. As áreas de grande expressão que contribuem no desenvolvimento dessas temáticas são a Educação e a Tecnologia. Na Ciência da Informação não tem sido diferente e mesmo que, timidamente, pode-se perceber um crescente interesse pelo estudo da temática, conforme foi identificado na pesquisa de Pereira (2016) e outros.

Algumas das principais características da sociedade contemporânea, também conhecida como Era da informação está relacionada à amplitude e rapidez com que as informações podem ser geradas e acessadas pelas pessoas. Essas características influenciaram e influenciam na forma como as pessoas desenvolvem suas atividades, interagem entre si, com o mundo ao seu redor, bem como, na formação, manutenção e ressignificação de identidades, com foi previsto pelo próprio programa da Sociedade da informação (Takahashi, 2000).

A identidade a qual refere-se e aborda-se aqui, é a identidade social, mais precisamente da Pessoa com Deficiência (PcD). A identidade social é aquela que é formada ao longo da vida, por meio das interações sociais, experiências individuais e coletivas, a forma como nos percebemos e nos identificamos perante a sociedade.

Acredita-se que para os grupos de pessoas que historicamente foram discriminadas e excluídas socialmente, como é o caso das pessoas com

deficiência, a socialização e mediação da informação desempenha um papel crucial na formação de sua identidade social, pois a forma como a informação é compartilhada, interpretada e representada na sociedade afeta diretamente a percepção de si mesma, também incluindo suas conquistas, lutas e no modo como são percebidas pelos outros.

Refletindo nas diversas abordagens de estudo que a Ciência da Informação apresenta e considerando formas de promover a visibilidade e inclusão da PcD através dessas abordagens, levanta-se por meio deste estudo, a discussão sobre a mediação da informação na manipulação da identidade da PcD, explorando a intersecção com a socialização e a memória. Para tanto, considera-se que a memória desempenha um papel crucial na formação das identidades, uma vez que as memórias individuais e coletivas de experiências passadas de discriminação, inclusão, lutas e superação influenciam diretamente a autoimagem, a autoestima e o senso de pertencimento desses indivíduos na sociedade.

No percurso exploratório de desenvolvimento de uma pesquisa, entende-se ser normal que, muitas vezes, surjam dúvidas e levante-se novos questionamentos, além daqueles que geraram a proposta inicial da pesquisa. Nesse caminho de muitas leituras, o pesquisador acaba se deparando com muitos conceitos e aplicações destes e, por vezes, até de forma equivocada. Tal afirmação traz como exemplo a utilização do conceito de socialização da informação que, muitas vezes, é utilizada como sinônimo para transmissão e mediação da informação.

Desta forma, procura-se responder a um dos questionamentos que surgiram no decorrer desse processo exploratório, a saber: qual a relação entre a socialização da informação e da mediação da informação na manipulação da identidade social da Pessoa com Deficiência?

Desta maneira, o presente artigo teve como objetivo principal compreender melhor a relação e as aplicações teóricas e práticas da mediação da informação na manipulação da identidade da pessoa com deficiência. E como objetivo secundário suscitar discussões sobre a socialização da informação, mediação da informação, memória e identidade, a fim de compreender melhor

cada conceito, suas particularidades, relações e possíveis desdobramentos na Ciência da Informação.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir aos objetivos deste e responder aos questionamentos suscitados, realizou-se uma pesquisa exploratória quanto à sua natureza, bibliográfica quanto aos procedimentos e de abordagem qualitativa.

Por meio da pesquisa exploratória e bibliográfica buscou-se conhecer os aspectos teóricos e práticos dos processos de socialização e mediação da informação, no intuito de compreender como estes podem se relacionar com a questão da memória e identidade social da pessoa com deficiência.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise mais profunda e reflexiva sobre as temáticas abordadas, como ainda, a sua intersecção.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); e em livros, anais de eventos, dissertações e teses. Após o levantamento do material, seguiu-se para a leitura integral e analítica dos textos selecionados, compreensão, interpretação e síntese para o desdobramento da discussão proposta.

## 3 SOCIALIZAÇÃO E/OU MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO?

Antes de adentrar no(s) conceito(s) de socialização e mediação da informação, compreende-se que se faz necessário um entendimento sobre a informação numa abordagem social cognitiva, no intuito de ressaltar o papel dos sujeitos informacionais no processo de ressignificação de uma informação que no desenvolvimento já traz em sua transmissão uma carga de significados. Ou seja, o sujeito informacional é parte crucial nesse processo de não apenas receber ou ter acesso à informação, mas de ter a capacidade de recebê-la, acessá-la, compreendê-la e produzir um (novo) significado sobre ela.

Silva (2006 *apud* Brandão, 2014, p. 35) compreende que a informação está atrelada a uma análise de representações codificadas, que pode conter

elementos cognitivos. Para o mesmo autor, a informação possui duas funcionalidades: a primeira se refere à informação como um fenômeno humano e social que compreende “o dar forma a ideias e emoções”, que seria o ato próprio de informar, como ainda a troca e a efetiva interação dessas ideias e emoções entres os seres humanos, que seria o ato de comunicar.

A outra funcionalidade considera a informação como sendo:

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num suporte material qualquer (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada (Silva, 2006, p. 150, *apud* Brandão, 2014, p. 35).

Nesse sentido, colabora-se com a ideia de que “a informação se apresenta como um fenômeno humano e social, inerente à vida em sociedade e propícia aos usos e sentidos que lhes são atribuídas” (Brandão, 2014, p. 35). Partindo deste pressuposto, observa-se que permanece a defesa desta tese quando se diz que “[...] Assim, a informação tanto é fenômeno de matriz individual [...], como também é coletiva” (Silva, 2006, p. 24 *apud* Brandão, 2014, p. 35).

Ainda sobre o conceito de informação, para Almeida Júnior (2021, p. 271),

A informação não nasce neutra, sem significado. É importante que isto seja enfatizado. Ao contrário, ela já carrega interesses, ideologias, certezas e propostas que querem ser compartilhadas e aceitas. Esta concepção pode ser denominada como dialógica, focando o indivíduo apropriador, mas diluindo a importância dos personagens presentes no processo informacional. Todos são importantes e fazem parte da construção da informação. Depois de exteriorizada, a informação se espraia, se desdobra e vai atingindo sujeitos informacionais de maneira diferente. Será ela apropriada por inúmeros indivíduos e, em cada um, de forma diferente, com várias interferências no caminho. Assim, a informação terá acumulado significados e as apropriações serão diferenciadas, apesar de manter as bases com as quais foi produzida.

Por ora são esses conceitos de informação que balizarão a construção dessa discussão, em que Silva (2006, p. 104 *apud* Brandão, 2014, p. 35) considera que esse conceito está inerente “[...] à capacidade humana e social de representar e conhecer [-se a si mesmo e] o mundo, o que implica a interação contínua (troca e transformação das representações)”.

Quanto ao conceito de socialização da informação, podemos encontrar na literatura pelo menos dois conceitos que tem sido estudado no campo da Ciência da Informação. O primeiro como processo de disseminação da informação e o segundo como um processo em que o sujeito informacional faz parte e tem um papel crucial no processo informacional.

Christovão e Braga (1994, p. 14), entendem a socialização da informação

[...] não só como a 'tradução' da informação científica e tecnológica para o público em geral, mas principalmente como a construção, tratamento e divulgação da informação de diferentes tipos em parceria, ou seja, a partir da definição conjunta por parte de produtores e usuários, que aqui se confundiriam, de suas necessidades, e de quais seriam os caminhos (metodologias) mais adequados para atendê-las.

Araújo (1998 *apud* Brandão, 2014, p. 53) explica que a socialização da informação permite uma interação, na qual estão presentes de forma ativa e igualitária os produtores e os usuários de informação.

Essa socialização deve possibilitar ao indivíduo a capacidade de indagar e ser indagado, de adquirir uma capacidade reflexiva, resolver conflitos e auxiliar no desenvolvimento e na solução de problemas da sociedade. Dentre esses problemas, enfatiza-se a questão da exclusão social de Pessoas com Deficiência e questiona-se o quanto a questão da representação da identidade social dessas pessoas, bem como a forma que a mediação dessas representações influenciou e influencia nesse processo de exclusão.

Em relação ao conceito de mediação da informação, no transcorrer das últimas décadas muito se buscou com o intuito de encontrar um conceito que saísse daquele conceito básico que envolvia o profissional da informação como um canal para a transmissão de uma mensagem entre um emissor e um receptor.

Almeida Júnior (2009), por meio do Grupo de pesquisa “Interfaces: informação e conhecimento” desenvolveram vários projetos a fim de compreender melhor os segmentos da **mediação da informação**. O autor explica que embora o termo fosse bastante utilizado na Ciência da informação, a mediação da informação não possuía ainda um conceito específico.

O termo passa a ser utilizado pelos profissionais da área como uma ponte que permite a “relação entre dois pontos que, de alguma forma, estão impedidos

de interagir por obstáculos e empecilhos” (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Essa concepção da mediação como uma ponte foi bastante utilizada e, até hoje, podemos ver profissionais utilizando essa ideia, em que o Bibliotecário, Arquivista, Museólogo seriam um elo, uma ferramenta que facilitaria o acesso à informação para os seus usuários.

No entanto,

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a ideia de algo estático que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto, sendo estes predeterminados e fixos, e sem interferir no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Para a compreensão da discussão aqui proposta, utilizar-se-á o conceito de mediação da informação adotado e defendido por Almeida Júnior (2009).

Nesse sentido, Almeida Júnior (2009) compreende a mediação da informação como algo que abarcaria todo o fazer do profissional da informação, sendo:

[...] toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

O autor defende a ideia de que existe uma mediação da informação implícita e explícita. A implícita ocorre no âmbito dos “equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários.” e a explícita ocorre nos espaços onde a presença dos usuários é inevitável e indispensável para a sua existência, mesmo que essa presença não seja física (Almeida Júnior, 2009, p. 92-93).

A mediação explícita ocorreria ainda de duas formas: uma implicitamente, em que deixaríamos transparecer um conhecimento inconsciente, incontrolável que de certa forma se interliga com o conhecimento consciente; e explicitamente, em que as ações seriam desenvolvidas de forma consciente, controlável, com base nos conhecimentos que temos e exteriorizamos (Almeida Júnior, 2009).

Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência – como

veremos a seguir – possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, **em manipulação** (Almeida Júnior, 2009, p. 93, grifo nosso).

Em resumo, o autor defende e congrega-se com esse pensamento de que há interferência e não há neutralidade e imparcialidade no processo de mediação da informação, esse processo envolve todos os personagens envolvidos, suas experiências e conhecimentos, como ainda a influência do meio social, político, cultural etc. em que os sujeitos estão inseridos.

Dessa forma, “a mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. **Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo**” (Almeida Júnior, 2009, p. 93, grifo nosso).

Quanto à interferência, esta por sua vez não deve ser negada ou ignorada, mas explicitada, tornada consciente e aparente para que de alguma forma o profissional da informação possa lidar com ela e procurar dirimir possíveis problemas. Para este conceito chama-se atenção, já que “Há uma linha tênue entre **interferência e manipulação**. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas consequências” (Almeida Júnior, 2009, p. 94, grifo nosso).

Nesse sentido, destaca-se a importância de se compreender aqui a delicada distinção entre esses dois processos, no intuito de dirimir os riscos e consequências associadas ao processo da manipulação da informação. Enquanto a interferência pode ser entendida como uma influência legítima que ocorre no fluxo natural das interações sociais, a manipulação é a distorção dessa interação com a finalidade de alcançar um objetivo. Daí a importância da construção de um pensamento crítico, da vigilância constante na esfera das interações sociais e da informação.

Frente o que se apresentou nesse capítulo, as concepções de socialização e mediação da informação, embora muitas vezes sejam utilizadas de forma sinonímica, são processos distintos. Assim, a mediação seria o processo pelo qual o indivíduo sofre interferência na busca por suprir suas necessidades informacionais e a socialização é o processo pelo qual o indivíduo



receberá, refletirá e usufruirá daquela informação.

Ambos os conceitos foram de grande valia para suscitar a discussão, como ainda compreender melhor como cada um dos processos pode estar relacionado à questão da manipulação da identidade da PcD.

#### 4 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DA PCD

Presenciamos ao longo da história uma sociedade que excluiu e marginalizou grupos de pessoas que apresentavam alguma diferença ou limitação. Um exemplo disso, é evidenciado por Aranha (2005) que explica que a pessoa “com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (Aranha, 2005, p. 7).

Por sua vez, a obra de Gustavo Piccolo (2022) traça um panorama histórico de como se davam as relações sociais e do processo de exclusão da PcD no período da antiguidade. Citando Garland (1995) e Delcourt (1981) o autor retrata o infanticídio, uma das práticas mais conhecidas da antiguidade (Garland, 1995; Delcourt, 1981 *apud* Piccolo, 2022). Sobre este ponto, tem-se que

A imagem do infanticídio como se representasse a imagem do tratamento conferido pela Antiguidade às pessoas com deficiência tomava a parte pelo todo, falseando uma realidade complexa. Uma realidade que foi a primeira, por exemplo, a instituir um auxílio para aqueles que não pudessem trabalhar em virtude da presença de graves comprometimentos, especialmente físicos, um produto do imaginário grego e que se faz presente em diversas localidades até os tempos atuais (Garland, 1995 *apud* Piccolo, 2022, p. 61).

Ainda no intuito de demonstrar como a PcD era tratada nesse período, Delcourt (1981) citado por Piccolo (2022), menciona que

[...] a exposição de bebês deformados em Atenas, Esparta e Roma, batizada por infanticídio, se aplicou unicamente àqueles que apresentavam comprometimentos físicos aparentes ao nascer, os quais viram vinculadas suas supostas anormalidades **à condição de monstros** (Delcourt, 1981 *apud* Piccolo, 2022, p. 62, grifo nosso).

Na realidade, não é difícil encontrarmos registros históricos nos quais a imagem da PcD era retratada e representada como sendo algo vergonhoso para a família, muitas das vezes até como um castigo divino. Até mesmo nos próprios instrumentos normativos e legislativos é possível encontrar designações como

“inválidos”, “incapazes”, “defeituosos”, “especiais”, já entendidos como termos inapropriados para designar a PcD.

Acredita-se que essa representação trouxe diversos impactos na vida da PcD em sociedade, contribuindo inclusive para a construção de uma identidade social muitas vezes negativa. Vendramin (2019) explica que, ao longo da história, foram sendo construídas representações da PcD, podendo citar ao menos duas, que consideramos como sendo as principais: a do coitadismo, no qual cria-se o estereótipo da PcD enquanto um discurso de caridade e emocionalidade; e de superação, construindo uma imagem da PcD enquanto herói por superar as barreiras impostas pela própria sociedade.

Assim, a primeira representação tende a retratar as PcD como objetos de piedade e emoção, o que pode reforçar a ideia de que são incapazes e dependentes, reforçando estigmas sociais. Já a segunda representação, retrata a PcD como herói, que embora possa à primeira vista, parecer algo positivo, também pode ser algo problemático, pois coloca um fardo de expectativas sobre aquele indivíduo e ignora as barreiras estruturais que contribuem para exclusão dessas pessoas.

Ademais, Piccolo (2022) pontua que essa representação generalizada da PcD passa a sofrer mudanças, quando ocorre um entendimento melhor da sociedade e dos próprios sujeitos sobre as deficiências e suas condições, adotando-se a perspectiva de uma teoria do modelo social e não a perspectiva de uma teoria pelo modelo médico. Tal afirmação pode ser evidenciada na obra de Piccolo (2022) através do discurso de Crow (1996, p. 1-2),

Minha vida tem duas fases: antes do modelo social de deficiência e depois dele. Descobrir essa nova forma de pensar sobre minhas experiências foi uma proverbial jangada em mares tempestuosos. Isso me deu uma compreensão da minha vida, compartilhada com milhares, até milhões, de outras pessoas ao redor do mundo, e eu me agarrei a isso. Essa era a explicação que eu procurava há anos. De repente, o que eu sempre soube, no fundo, foi confirmado. Não foi o meu corpo o responsável por todas as minhas dificuldades, foram os fatores externos, as barreiras construídas pela sociedade em que vivo. Eu estava sendo incapacitado - minhas capacidades e oportunidades estavam sendo restringidas -por preconceito, discriminação, ambientes inacessíveis e apoio inadequado. Até mais importante, se todos os problemas tivessem sido criados pela sociedade, então certamente a sociedade poderia descriá-los.

Revolucionário! Há anos esse modelo social de deficiência me permite enfrentar, sobreviver e até mesmo superar inúmeras situações de exclusão e discriminação. Tem sido meu esteio, como tem sido para o movimento mais amplo das pessoas com deficiência. Ele possibilitou uma visão de nós mesmos livre dos constrangimentos da deficiência (opressão) e desde uma direção para o nosso compromisso com a mudança social. **Tem desempenhado um papel central na promoção de autoestima individual, identidade coletiva e organização política das pessoas com deficiência.** Eu não penso que é exagero dizer que o modelo social salvou vidas (Crow, 1996, p. 1-2 *apud* Piccolo, 2022, p. 263-264, grifo nosso).

Outro fator que tem sido cada vez mais importante para a forma como a sociedade passa a enxergar e retratar a PcD é a participação e reconhecimento dessas pessoas como sujeitos políticos atuantes:

A busca pelo reconhecimento de direitos por parte de grupos considerados marginalizados ou discriminados marcou a emergência de um conjunto variado e rico de atores sociais nas disputas políticas. Assim como as pessoas com deficiência, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os homossexuais, dentre outros com organizações próprias, reivindicavam espaços de participação e direitos (Lanna Júnior, 2010, p. 12).

Nesse aspecto, Hall (2019, p. 16, grifo nosso) explica que,

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. **Ela tornou-se politizada.** Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma **política de identidade** (de classe) para uma **política de diferença**.

Nesse sentido, compreende-se que a identidade não é fixa, mas sim moldada pelas interações sociais e pelas representações que recebemos. Vale destacar aqui o aspecto da politização da identidade, observando que o processo de identificação do sujeito está cada vez mais ligado a questões de poder, representação e diferença.

Se antes a política de identidade estava mais centrada em categorias como classe social, nos dias atuais se move em direção a uma política de diferença, na qual as identidades são reconhecidas como interseccionais. Isto significa que as lutas políticas não se concentram apenas na representação de grupos específicos, mas na valorização da diversidade e no reconhecimento das experiências individuais de cada sujeito.

Faz-se importante e necessário destacar que esse conceito de

representação e de identidade estão interligados. Woodward (2019, p. 17-18) explica que “a representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”. Para a autora,

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...] (Woodward, 2019, p. 18).

Pela perspectiva de Hall (2019) a identidade pode ser formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais; logo, o sujeito pode assumir identidades diferentes em diferentes momentos (Hall, 2019).

Corroborando com esse pensamento, podemos citar os aspectos da identidade social, pela perspectiva de Durkheim (1992) que nos apresenta que essa identidade é transmitida pelas crenças religiosas, práticas morais, tradições nacionais, opiniões coletivas que passam de geração a outra.

Quanto a identidade social de pessoas e grupos historicamente discriminados, Goffman (1981) sugere que há uma discrepância entre as duas e as diferencia entre a identidade social “virtual” como aquela que se projeta em termos das expectativas normativas e a sua identidade social “real” como aquela que se confirma.

Quando conhecida ou manifesta, essa discrepância estraga a sua identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo (Goffman, 1981, p. 20).

Essa desacreditação a que Goffman (1981) faz menção pode resultar em um afastamento, um despertencimento do sujeito perante a sociedade e de si mesmo, sendo a socialização um fator de grande importância para a construção de uma identidade social mais próxima da realidade.

Nesse ínterim, assim como o conceito de representação está interligado com o de identidade; enfatiza-se que o conceito de identidade está intrinsecamente ligado ao de memória (Candau, 2016).

Para o teórico,

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (Candau, 2016, p. 16).

Logo, compreende-se que existe uma relação íntima entre a memória e identidade, na qual a memória contribui para a formação da identidade de um indivíduo ou grupo, auxiliando na formação de crenças, valores etc. Ao mesmo tempo que a identidade influencia na forma como percebemos a nossa trajetória pessoal e de vida. Ao reconhecer a dialética da memória e identidade pode-se compreender como esses processos se entrelaçam e influenciam uns aos outros, de forma que molda quem somos e como nos relacionamos com a sociedade.

Para Le Goff (2003, p. 368), o estudo da memória social “é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.”

Ainda na perspectiva de Le Goff (2003), com a contribuição de Halbwachs (2006), a memória pode ser individual ou coletiva. Halbwachs (2006) defende que a memória individual não está isolada, ou seja, frequentemente, toma como referência um ponto externo ao indivíduo. Para o autor, o funcionamento da memória individual não é possível sem “as palavras, as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2006, p. 72).

Já a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, isto é, engloba as memórias de um grupo, quando cada sujeito se identifica com essas (Halbwachs, 2006). Logo, a memória coletiva valoriza as relações comunitárias e sociais de um determinado grupo, fazendo com que essas memórias tenham mais força e poder de reconhecimento de suas lembranças.

A distinção entre a memória individual e coletiva conforme discutido anteriormente é relevante para a discussão suscitada. Por meio desta, podemos compreender como as experiências individuais e coletivas das PcD são moldadas não apenas por suas próprias experiências, mas também pelas

experiências e narrativas compartilhadas dentro de seu grupo ou comunidade.

Dessa forma, as memórias de um indivíduo ou grupo, podem ser influenciadas pelas expectativas geradas pela sociedade diante daquele grupo de pessoas, como ainda, pelas histórias de luta, resistência e empoderamento compartilhadas por outros membros daquele mesmo grupo, por exemplo.

Ademais, na perspectiva de Halbwachs (2006), assim como pontuou Goffman ([1891]), as relações sociais são de grande importância na formação da identidade. Na conjuntura da PcD significa que as memórias compartilhadas dentro daquela comunidade desempenham um papel significativo na construção e ressignificação da identidade social daquele grupo. Nesse sentido, a memória **ela** pode nem sempre se apresentar como algo positivo para a formação da identidade daquele indivíduo, grupo ou comunidade.

Como pontua Candau (2016, p. 18, grifo nosso) “a memória é a identidade em ação, **mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade**”.

Levando para o contexto da PcD, memórias de discriminação, estigmatização e exclusão podem enfraquecer ou ameaçar o sentimento de autoestima, identidade e pertencimento. Por outro lado, memórias de lutas, resistência, conquistas dentro da comunidade podem fortalecer a identidade social, promover a visibilidade e valorização daquele grupo.

Refletindo sobre a relação da memória com a informação e seu papel na discussão proposta, Azevedo Netto (2007, p. 14) explica que:

[...] a relação da memória com a informação começa a ser estabelecida, sob o ponto de vista geracional. Mas quanto à forma de produção de conhecimento, as abordagens sistemáticas da informação são relacionadas com a memória, e vice-versa. Ou seja, que objetos, percursos e discursos podem ser produzidos a partir da relação em pesquisa da informação e memória, que vá além da relação primeira estabelecida por Le Goff.

Nesse sentido, “o conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito da sua delimitação, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico, dentro da Ciência da Informação” (Azevedo Netto, 2007, p. 4).

Azevedo Netto conceitua informação como:

[...] aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada (Azevedo Netto, 2007, p. 6).

É sabido que a informação bem como a transmissão de conhecimento vem sendo objeto de muitas pesquisas, tendo se revelado uma das ferramentas mais eficazes no processo rumo à inclusão (Pereira, 2016).

Gil (2006) considera que a informação é um dos fatores facilitadores da inclusão, pois ela tem se revelado uma das ferramentas mais eficazes no processo de combate aos preconceitos e neutralização de estigmas.

Nesse sentido, a representação ligada à ideia de imagem e identidade, possui uma grande relevância, todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, podendo influenciar na decisão de quem será incluído ou excluído (Woodward, 2019).

Ao considerarmos a informação como sendo tudo que produz sentido, significado ao sujeito; que está fora e pode ser registrada através da escrita, da oralidade, utilizando ainda de recursos imagéticos e outros artifícios da memória; e que esta pode ser disseminada de várias formas, através de vários meios, com ênfase para os aparelhos “infotelecomunicacionais” (Alves; Brasileiro; Melo Filho, 2019).

Alves, Brasileiro e Melo Filho (2019) explicam que esses aparelhos se constituem como os agentes privilegiados no processo de (re)criação e difusão de valores, comportamentos, gostos, ideias, personagens virtuais e ficção [agentes do processo de socialização] que são as grandes empresas transnacionais da mídia, da publicidade e do entretenimento. A construção de novos espaços de produção e disseminação de informação tem através dos aparatos infotelecomunicacionais, espaços mais amplos de reprodução social.

Compreendendo que a identidade social é constituída de valores e opiniões coletivas, pode-se constatar que essa relação informação e memória tem implicação direta na propagação da representação da imagem da PcD na

sociedade como ainda implicação direta na manipulação e ressignificação dessa identidade social.

Goffman ([1891], p. 38, grifo nosso) explica que:

A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da **manipulação de informação** sobre o seu defeito<sup>1</sup>. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde.

A informação a que Goffman ([1891]) se refere como mais relevante, é a que chama de “informação social”. No estudo do estigma e da identidade da PcD, “Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (*idem, ibidem*, p. 38).

Na Pessoa com Deficiência, Goffman explica que os sinais corporificados já considerados, seja ele de prestígio ou de estigma, pertencem à identidade social do indivíduo. “É claro que todos eles devem ser diferenciados da documentação que os indivíduos trazem consigo com o objetivo de estabelecer a sua identidade pessoal” ([1981], p. 53).

Ao relacionarmos a questão da manipulação da informação com a discussão aqui proposta, vemos como a identidade social da PcD pode sofrer interferências e manipulações pelas percepções da sociedade em relação às deficiências destes indivíduos. Essa interferência e manipulação podem ocorrer e aparecer de várias formas por meio de estereótipos, preconceitos, discriminação e, conseqüentemente, a sua marginalização e exclusão.

A interferência ocorre, por exemplo, quando a sociedade impõe limitações com base nas deficiências dessas pessoas, podendo interferir no modo como a PcD percebe a si mesma e como ela é percebida. Já a manipulação, ocorre quando essas interferências são distorcidas para atender a interesses particulares, como por exemplo, a marginalização desses indivíduos com o intuito de manter estruturas de poder existentes e até de atuação política.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelo autor para designar as características físicas das Pessoas com Deficiência no ano de 1981 compreendido nos dias atuais como um termo pejorativo e capacitista.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente o exposto, chega-se ao entendimento que é possível uma relação entre os conceitos de socialização da informação, mediação da informação e a manipulação da identidade. Percebeu-se que ambos os conceitos de socialização e identidade são constantemente relacionados e trabalhados no campo das Ciências Sociais, a fim de compreender a construção da identidade individual/pessoal no processo de socialização.

Compreende-se que os conceitos de socialização e mediação da informação são diferentes e não devem ser utilizados como sinônimos e que embora possam ser trabalhados juntos, seus processos acontecem de formas distintas e devem ser bem delimitados quanto a sua utilização em determinado contexto.

Entende-se que a forma como o indivíduo se reconhece ou que compreende a sua identidade não é inerente apenas à maneira como ele se descreve, mas também por meio das formas, dos modelos representativos que ele é representado e pelos quais escolhe se nortear.

Nesse sentido, de uma maneira simplista ou ainda genérica que requer mais estudos, pode-se compreender que o processo de socialização da informação é a forma como o sujeito informacional compreende, ressignifica e utiliza essa informação para alterar, manipular identidades: culturais, sociais etc.

E que por sua vez o processo de mediação é aquele pelo qual o indivíduo sofre uma interferência de forma consciente ou inconsciente que possibilita a este, o acesso, uso e apropriação da informação, de forma que tenha a sua necessidade informacional atendida.

Compreende-se que as identidades não são fixas, podem ser modificadas, seja numa perspectiva individual ou coletiva. Porém, esse processo de construção de uma nova identidade pode ser longo, mas, é necessário iniciar de algum ponto. Talvez, esse processo de nova identificação coletiva a respeito da PcD perante a sociedade já tenha sido iniciado.

Por meio da análise, bem como da relação dos conceitos utilizados de informação, memória e identidade social pode-se inferir que a informação ora

registrada e mediada por tantos anos a respeito da representação da PcD perante a Sociedade enquanto pessoas “incapazes” e “inválidas” contribuiu na formação para essa identidade social da PcD. E diante de tudo que foi discutido aqui, acredita-se que estes são elementos indissociáveis e importantíssimos para ressignificação coletiva da identidade de grupos que foram historicamente discriminados e excluídos. Principalmente levando em consideração que as identidades são transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados.

Vale destacar ainda a importância de reconhecer o papel complexo que a memória individual e coletiva desempenha na formação dessa identidade, como ainda, frisar o potencial que a mesma detém tanto para fortalecer quanto para desconstruir normas sociais ora impostas e os estigmas associados às Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido, e ainda levando-se em conta que identidade do sujeito pode ser formada e perpetuada por anos com o auxílio de registros de memória escrita ou oral, individualmente e ou coletivamente, a informação mediada e socializada pode auxiliar na manutenção e ressignificação de uma identidade social a qualquer grupo étnico, racial, de classe etc. No entanto, acredita-se que esse processo não depende apenas desses fatores. Embora, tenha se percebido como elementos que influenciam diretamente nesse processo, infere-se que dependa também, do próprio processo de identificação do sujeito ao qual aquele grupo pertence.

Vale lembrar ainda o conceito de informação utilizado como sendo repleto de significados e representações, em que o sujeito informacional como ainda os aparelhos “infotecnológicos” detém um papel crucial que vai além de receber ou acessar a informação, mas de compreender e ressignificar aquilo que lhe foi transmitido para uma melhor utilização desta.

Ressalta-se ainda que, na atualidade, os estudos sobre estigma e preconceito de pessoas ou grupos, estão sendo tratados como estudos dos marcadores sociais da diferença, o que a nosso entender, demonstra que os estudos sobre a temática vêm evoluindo, desde os aspectos teóricos às aplicações práticas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Desinformação e exclusão. *In*: COLÓQUIO HABERMAS, 16.; COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2020. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Salute, 2021. Disponível em: <https://coloquiohabermas.files.wordpress.com/2021/03/e-book-coloquio-habermas-final.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S.; MELO FILHO, E. T. Os aparatos infotelecomunicacionais e a disseminação da informação ideológica no processo de socialização. *In*: BERNARDELLI, L. V. (org.). **A Economia numa perspectiva interdisciplinar**. Ponta Grossa: Atena, 2019.
- ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2005.
- AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. de 2007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/412/302>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- BRANDÃO, A. C. **Socialização da informação no processo de ensino-aprendizagem**: uma análise a partir da teoria da sociedade habermasiana. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHRISTOVÃO, H. T.; BRAGA, G. M. **Socialização da informação**: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação. Estudo aplicado às áreas de Ciência da Informação e Saúde. Projeto Integrado de Pesquisa. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Ciência da Informação; Convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, 1994.
- DURKHEIM, É. **L'éducation morale**. Paris: Universitaires de France, 1992.
- GIL, M. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/martagil.php>. Acesso em: 05 set. 2023.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [1981].

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

PEREIRA, G. M. **O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos esquecidos**. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PICCOLO, G. M. **O lugar da Pessoa com Deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária**. Curitiba: Appris, 2022.

TAKAHASHI, T. (org.) **Sociedade da informação no Brasil: Livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS*, 3., 2019. **Anais [...]**. Campinas, SP: UNICAMP, 2019. p. 16-25. Disponível em: [https://eadeje.tse.jus.br/pluginfile.php/176765/mod\\_resource/content/1/Capacitismo.pdf](https://eadeje.tse.jus.br/pluginfile.php/176765/mod_resource/content/1/Capacitismo.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

## **SOCIALIZATION, INFORMATION MEDIATION AND SOCIAL IDENTITY OF PERSONS WITH DISABILITIES: DEPLOYMENTS AND INTERSECTIONS WITH MEMORY**

### **ABSTRACT**

**Objective:** The main objective is to comprehend the relation and the theoretical and practical applications of information mediation in the manipulation of the identity of persons with disabilities. The secondary one is to raise discussions about information socialization, information mediation, memory and identity in order to better comprehend each concept, their particularities, possible relations and deployments. **Methodology:** It is an exploratory research with qualitative approach, in which it is developed a bibliographic survey in the Reference Database of Journal Articles in Information Science, Scielo, books and annals of events. **Results:** The paper approaches concepts

of information, socialization and mediation of information, making relations with the question about manipulation of identity of persons with disabilities and memory by the perspective of Information Science. It is understood that it is possible a relation among the approached concepts. **Conclusions:** It is comprehended that the concepts of socialization and information mediation, are different, although they can be worked together, and they must not be used as synonyms, once their processes occur in distinct ways and should be well delimited in relation to their utilization. It is inferred that the information before registered and mediated for many years about the PWD representation in society while “incapable” and “invalid” people contributed to form this social identity of the PWD. It is concluded that these are very important and inseparable elements for the collective resignification of a determined group, especially considering that identities are continually transformed in relation to the forms in which we are represented in.

**Descriptors:** Information socialization. Information mediation. Memory. Identity. Persons with disabilities.

## **SOCIALIZACIÓN, MEDIACIÓN INFORMATIVA E IDENTIDAD SOCIAL DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD: DESARROLLOS E INTERSECCIONES CON LA MEMORIA**

### **RESUMEN**

**Objetivo:** Su objetivo principal es comprender la relación y las aplicaciones teóricas y prácticas de la mediación de la información en la manipulación de la identidad de las personas con discapacidad. Su objetivo secundario es plantear discusiones sobre la socialización de la información, la mediación informacional, la memoria y la identidad para comprender mejor cada concepto, sus particularidades, posibles relaciones y desarrollos. **Metodología:** Investigación exploratoria, cualitativa, en la cual se realizó un levantamiento bibliográfico en la Base de Datos de Referencia de Artículos de Revistas en Ciencias de la Información, Scielo, libros y anales de eventos. **Resultados:** Se abordan los conceptos de información, socialización y mediación de la información, estableciendo conexiones con el tema de la manipulación de la identidad de las personas con discapacidad y con la memoria desde la perspectiva de la Ciencia de la Información. Se comprendió que es posible una relación entre los conceptos abordados. **Conclusiones:** Se entendió que los conceptos de socialización y mediación de la información, aunque puedan ser trabajados en conjunto, son diferentes y no deben ser utilizados como sinónimos; sus procesos ocurren de forma diferente y deben ser claramente delimitados en cuanto a su uso. Se puede inferir que la información registrada y mediada durante tantos años sobre la representación de la persona con discapacidad en la sociedad como personas “incapaces” y “discapacitadas” ha contribuido a la formación de esta identidad social de la persona con discapacidad.

**Descriptores:** Mediación de la información. Socialización de la información. Memoria. Identidad. Personas con discapacidad.

**Recebido em:** 29.06.2024

**Aceito em:** 12.11.2024